



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0322/17	DATA: 25/04/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h32min	TÉRMINO: 15h59min	PÁGINAS: 10
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Apresentação de proposta preliminar do Relatório Final da CPI, com objetivo de elaboração de Relatório Consensual.			
OBSERVAÇÕES			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da CPI da Lei Rouanet.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 23ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Sóstenes Cavalcante.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Esta reunião ordinária foi convocada para apresentação de uma proposta preliminar do relatório final da nossa CPI, com o objetivo de elaborarmos um relatório consensual.

Antes de passar a palavra aos Srs. Parlamentares, comunico que o Relator está impossibilitado de comparecer, mas a intenção de S.Exa., ao solicitar a realização desta reunião administrativa, foi colher dos Srs. Parlamentares propostas no sentido de se fazerem mudanças na lei. S.Exa. disse que até amanhã aceitará as propostas de V.Exas. A intenção do Relator é buscar um relatório consensual.

Os principais pontos que o Relator iria demonstrar numa apresentação do Power Point são esses que já foram distribuídos a V.Exas. Indago aos Srs. Parlamentares se alguém não recebeu essa relação com os pontos principais. *(Pausa.)*

O Relator me pediu que transmitisse essa informação a V.Exas. Se quiserem contribuir com alguma informação, S.Exa. está disposto a receber essas sugestões.

Na reunião de amanhã, às 14h30min, o Relator vai apresentar o relatório. Evidentemente, acredito que haverá pedido de vista, uma vez que nós conseguimos a prorrogação do prazo para até 11 de maio, sem convocação, a fim de fazermos



um relatório baseado no consenso. Com isso, iremos desmistificar qualquer tipo de politização da nossa CPI.

Indago aos Srs. Parlamentares se alguém quer fazer alguma colocação ou expor algum ponto de vista. *(Pausa.)*

Deputada Erika Kokay, há um relatório para ser entregue a V.Exa. Já o entregaram?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A assessoria é muito competente. É mais célere do que a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É verdade. *(Risos.)*

Algum Parlamentar deseja se manifestar?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, já que estamos caminhando para a reta final, para a apresentação do relatório desta CPI, quero registrar aqui a minha satisfação, mesmo entendendo que esta CPI poderia ter ido mais a fundo em alguns temas.

Talvez pelo momento político que o País atravessa, nós encontramos algumas dificuldades, até em relação ao quórum para a convocação de pessoas que poderiam contribuir de maneira mais efetiva com a CPI. No entanto, nós temos muito a celebrar. Eu e V.Exa., na condição de proponentes desta CPI, temos muito a celebrar, assim como todos os integrantes da Comissão. Quando esta CPI começou, algumas afirmações foram feitas, dentre elas a de que isso aqui seria um circo. E outros adjetivos, sempre de maneira pejorativa, foram dados a esta CPI.

Hoje, com muita alegria, eu recebo integrantes de vários setores de cultura do País celebrando os resultados. Nós temos convicção de que, ao final deste trabalho — já estamos sentindo que o próprio MinC está fazendo —, as contribuições que daremos ao Ministério da Cultura levará à redemocratização dos recursos, em especial os da Lei Rouanet.

Alguns avanços foram importantes, em especial em alguns projetos aqui pinçados, inclusive um de que falei há algum tempo em uma das nossas reuniões de CPI, intitulado “Projeto Gil + 10 - Gilberto Gil Convida”. Trata-se do Projeto nº



107.332. Todos achavam que estava tudo o.k. com a tramitação. Informo que estive em uma reunião recentemente para tratar do assunto. Hoje qualquer pessoa que entrar no *site* do Ministério vai ver que esse projeto — e todo mundo dizia que estava tudo o.k. com o ex-Ministro da Cultura do ex-Governo — está com o seguinte andamento: “*Aguarda-se decisão superior*”.

Sabem o que estou entendendo? Que o Ministério foi averiguar o que eu falei aqui na CPI e começou a ver que tinha coisas erradas até mesmo em prestações de contas que já apareciam como aprovadas. Este é o caso do ex-Ministro Gilberto Gil.

É isto o que nós esperamos dos resultados desta CPI: que todas as obras mal feitas e que os recursos mal utilizados pela Lei Rouanet sejam passados a limpo. Este aqui é o Projeto nº 107.332, que envolve o cantor Gilberto Gil, ex-Ministro da Cultura. Já está em diligência, aguardando decisão superior. Isso é resultado do nosso trabalho, Deputado Fraga e Deputados desta Comissão.

É por isso e por tantas outras que valeu e vale a pena ficarmos aqui até o ultimo dia para votarmos o relatório do Deputado Domingos Sávio.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer — também na mesma esteira — que eu fui surpreendido porque me causou espanto o excesso de proteção a um projeto específico do José de Abreu — refiro-me ao projeto intitulado “*Fala, Zé, pelo Sudeste*”. Fizemos de tudo, mas não conseguimos convocá-lo. Não vou entrar no mérito porque não quero polemizar neste final, mas fui surpreendido na semana passada — aliás no dia 5, no dia da nossa última sessão aqui —, porque o MinC deu o.k. a uma prestação de contas dele, inadimplente desde 2009.

Fiz um requerimento de informação, já que o Ministério, na gestão do Ministro Roberto Freire, aprova as contas depois de tantos anos. Assim entendi porque, se aprovou agora, é porque o Ministério sabem de tudo e o projeto está o.k. Resultado: não estão conseguindo me responder as perguntas, e já fui informado de que consta no sistema hoje que a prestação de contas do referido projeto foi aprovada. Mas este projeto será reanalisado, e vai ser alterado o registro no sistema. Isso prova que, lamentavelmente, o aparelhamento dentro do MinC é tão forte que às vezes estão aprovando contas sem o devido cuidado e análise.

Registro, ao final desta CPI, o meu alerta. Estou com uma equipe fiscalizando projeto a projeto que está sendo aprovado, já que para aprovar deve-se ter certeza



de que o evento aconteceu. Em especial, sobre esse projeto “*Fala, Zé pelo Sudeste*”, a denúncia que recebi é que esses eventos nunca ocorreram.

Eu fiz seis perguntas ao Ministério, mas as resumi em uma só: se conseguirem me responder em quais cidades e teatros houve apresentação, vou lá conferir se foram realizadas mesmo. Só assim estarei convencido e não tocarei mais no assunto. Mas não sabem me dizer a cidade, apesar de o sistema consignar lá como prestação de contas aprovada. Eu quero saber a cidade porque eu farei questão de ir a cada teatro comprovar se isso existiu.

O que soube, e fica aqui o meu registro, é que o nosso querido ator José de Abreu vai ter que continuar juntando muita saliva para continuar cuspiendo em quem ele quer cuspir. Eu vou a fundo, porque o que eu soube é que esses eventos nunca aconteceram e que o dinheiro foi embolsado.

Essa é a denúncia que eu recebi, sobre a qual eu quero que o MinC faça a devida apuração, senão, seu Zé de Abreu, continue juntando cuspe e saliva para continuar cuspiendo nas pessoas.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registradas, já que o Relator não se encontra, as minhas sugestões. Eu faria um voto em separado, mas acho desnecessário, pela predisposição do Deputado Domingos Sávio em receber as nossas sugestões. Vou entregá-las por escrito a V.Exa., para que sejam encaminhadas ao Relator, a fim de que ele as inclua, se possível, no relatório final.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante. Nós agradecemos a V.Exa. o empenho em relação a esta CPI. Evidentemente, não acredito que o nosso trabalho tenha se esgotado. O relatório vinha apontando irregularidades e, ao longo das oitivas, isso foi se tornando claro. Não há necessidade de transformarmos a CPI da Lei Rouanet numa delegacia para constatarmos que houve muito desvio de recursos.

Agradeço a V.Exa. Serão encaminhadas, na forma do Regimento, as sugestões ao Relator.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu acho que o encaminhamento, pelo que estou entendendo, é para a apresentação amanhã do relatório. O Relator não virá mais hoje, pelo visto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, ele está impossibilitado, mas vai aguardar o encaminhamento, pelos senhores, de qualquer tipo de sugestão a respeito da Lei Rouanet.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu passei o olho rapidamente aqui. Tenho algumas sugestões em assuntos que não me lembro de terem sido alvo de um debate e que permitam certas recomendações. Espero que possamos chegar ao final desta CPI, Presidente, de forma produtiva.

Ao chegarmos ao final desta CPI, quando estamos buscando afunilar os trabalhos para sabermos o que efetivamente a CPI identificou, que recomendações e que passos dar, não devemos ficar atirando no ventilador... é Gilberto Gil, é Zé de Abreu, é não sei quem, é não sei quem. Mas isso está sendo dito com base em quê? Qual é o elemento que nós temos aqui para acusar o ex-Ministro Gilberto Gil ou acusar o ator José de Abreu? O que foi investigado aqui que apurou irregularidades na atuação deles? Não me lembro de ter nenhuma prova de algum ilícito, de alguma irregularidade contra o ex-Ministro Gilberto Gil ou o ator José de Abreu. Sinceramente. Afora as convicções de A ou B, que já sabemos muito bem que não se sustentam, nada se confirmou. Espero que aqui não aconteça isso, já que, infelizmente, na Justiça brasileira e nos órgãos de controle cada dia mais o que vale são as convicções e não as provas. Eu espero que trabalhemos com provas e que só coloquemos no relatório o que tiver fundamento, senão vamos jogar por terra todo o trabalho que tivemos até agora. Inclusive já tive oportunidade de elogiá-lo, Sr. Presidente, e reitero os elogios pela condução dos trabalhos.

É bom lembrar, inclusive, que a turma que está na direção no Ministério mudou. O processo foi analisado por uma gestão e por outra gestão. É meio difícil fazemos especulações dessa natureza.

Então, eu vou me debruçar sobre o relatório e tentar encaminhar sugestões até amanhã de manhã. Qual é o prazo que ele combinou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele vai apresentar o relatório amanhã às 14h30min. Vai ser concedido pedido de vista, mas eu acredito que, após



a leitura do relatório e a concessão de vista, ele vai aceitar ou acatar as sugestões. O Relator chegou.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O Relator fará isso na outra semana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Até a outra semana — não é, Relator? *(Pausa.)*

O Deputado Sóstenes Cavalcante encaminhou por escrito uma sugestão ao relatório, e o Deputado Jorge Solla está perguntando até que horário V.Exa. poderia aceitar essas sugestões.

Concedo a palavra ao Relator, para responder essas questões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero inicialmente me desculpar. Além de ter tido, de fato, um atraso numa audiência, nós pegamos congestionamento. Já há uma manifestação, pelo que eu percebi, fizeram uso de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está cheio de índio aí fora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...gás pimenta para dispersar situações de risco, e acabei também me expondo um pouco. Mas consegui chegar a tempo de encontrá-los.

Quero dizer que, conforme foi pactuado em acordo, nós solicitamos e conseguimos a prorrogação do prazo da nossa CPI, para que pudéssemos produzir um relatório, preferencialmente de consenso, e que isso nos assegurasse não apenas cumprir a missão da CPI, mas o desdobramento dela, que julgo muito importante. Refiro-me às ações preventivas dentro do Ministério da Cultura, especialmente, e em outros Ministérios, para que tenhamos, de fato, a preservação e a eficácia desse importante instrumento de fomento à cultura, que é a Lei Rouanet, especialmente, além da questão do aprimoramento da legislação.

Hoje está sendo disponibilizada não oficialmente — não é o relatório oficial, pois estou seguindo essa linha de construirmos um entendimento — uma proposta preliminar em que tratamos dos três eixos, conforme o plano de trabalho: o eixo da área de fiscalização, que contempla o que fiscalizamos, o que entendemos que deve ser encaminhado ao Ministério Público e a outros órgãos que darão sequência a essa fiscalização; aquilo que tenha um aspecto administrativo, que são principalmente as medidas de prevenção e de aprimoramento dos mecanismos de controle por parte do Ministério; por último o terceiro item, que não está no relatório



propositadamente, pois eu não ousaria apresentar uma proposta de mudança da lei sem colher todas as sugestões.

Confesso que já tenho algumas sugestões e estou à disposição para debater com os senhores uma série de coisas que foram propostas nas audiências para aprimorar a Lei Rouanet, aprimorar a legislação, garantindo um processo com maior democratização, o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, o FICART — Fundos de Investimento Cultural e Artístico como um instrumento eficaz para financiar projetos que tenham viabilidade econômica, diferenciando esse tipo de tratamento para os demais projetos.

Ainda quanto ao terceiro item eu gostaria de — e eu já havia pedido ao Presidente que transmitisse isso — receber alguma sugestão para ser incorporada como projeto de mudança na legislação. Caso queiram V.Exas. nos apresentar antes da apresentação do relatório, eu já as tentaria incluir no texto. Assim, eu amanhã apresentaria, se todos estiverem de acordo, um relatório com algumas sugestões e ponderações sobre o que já está à disposição dos senhores, com um anexo que seria a proposta de projeto de lei. Aí, sim, já estaria o relatório pronto amanhã à tarde, para que nós, sem nenhum propósito de votá-lo amanhã, é claro, pudéssemos ter a oportunidade de vista regimental e o prazo necessário para, na próxima semana votar o texto. Portanto, ainda teríamos mais de 1 semana, pelo prazo que nós temos. Mas, preferencialmente, poderíamos evoluir já na próxima semana para uma votação por consenso, Presidente. É essa a estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Acho que o objetivo da pergunta do Deputado Jorge Solla foi nesse sentido. Portanto, amanhã será apresentado e lido o relatório, às 14h30min. Ocorre que, se não der tempo de alguém apresentar as sugestões, V.Exa. poderia aceitá-las ou não no relatório. Caso não haja tempo até mesmo para V.Exa. inserir as sugestões no relatório — e eu acho que é isso o que eles queriam saber —, durante o período de vista, se houver consenso, também poderia haver essa possibilidade.

Eu espero que haja consenso, realmente, até porque — e não foi da parte do Deputado Chico d'Angelo tampouco por parte do Deputado Jorge Solla — fizemos um acordo sobre o pedido de vista, mas no plenário o PT rompeu o acordo. Se eu



não tivesse pedido ao Presidente Rodrigo Maia para fazer *ad referendum*, hoje nós estaríamos enrolados para fazer o relatório da CPI.

Então, espero que haja esse cumprimento da palavra conosco, para que não haja esse problema.

Então eu acho que o Relator está abrindo essa possibilidade, Deputado Solla. Portanto, mesmo em se apresentando o relatório, se vier uma sugestão que seja benéfica, acho que não haverá, havendo consenso, nenhum impedimento para V.Exa. acatar essas sugestões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu já verifiquei inclusive com a assessoria que, uma vez apresentado o relatório, antes da sua votação final, é previsto regimentalmente que o Relator possa apresentar adendos a esse relatório. Especialmente num ambiente de consenso, fica mais fácil ainda.

Portanto, é meu propósito, é minha intenção que apresentemos o texto amanhã, estando eu aberto a acolher sugestões até amanhã. Aquilo que for possível já incorporamos e apresentamos amanhã. Teríamos até a semana que vem para todos se inteirarem melhor desse relatório e ainda apresentar sugestões. Tais sugestões, porém, seriam porventura acatadas sob a forma de adendo, para a construção de um consenso final.

Eu vou trabalhar muito com essa premissa do consenso, porque eu vi que esta CPI trabalhou na linha investigativa; descobrimos algumas coisas que não foram desvendadas na Operação Boca Livre; identificamos a possibilidade de que haja outras situações e estamos encaminhando para que medidas sejam tomadas nesse sentido. Mas, do ponto de vista do combate ao processo de desvio de recursos, a Polícia Federal e o Ministério Público, antes mesmo da instalação desta CPI, já estavam agindo, e nós esperamos que continuem agindo e que, efetivamente, tenhamos sucesso no combate a todos os ilícitos.

A oportunidade de ouro, a oportunidade ímpar que nós estamos tendo, eu creio, depende muito deste ambiente de construção do entendimento, que é a oportunidade de aprimorar a legislação. Aprimorar os mecanismos de controle, por óbvio, é de competência do Executivo, mas nós podemos e estamos sugerindo.

Acredito eu até que a Instrução Normativa nº 01 já é fruto da existência desta CPI, porque desde o ano passado manifestávamos nossas preocupações, primeiro,



ao Ministro que antecedeu o atual, o nosso colega Deputado Roberto Freire. E S.Exa., tão logo assumiu, assim o fez com o estímulo deste ambiente que vivemos aqui na Casa de querermos passar a limpo e corrigir aquilo que vinha sendo conduzido equivocadamente, muitas vezes por fragilidade nos mecanismos de controle. E essa fragilidade tem que se corrigir com instrução normativa dentro do Executivo e com o aprimoramento da lei aqui no Legislativo.

Então, a nossa oportunidade é fazermos por consenso, principalmente, a parte que diz respeito ao aprimoramento da lei, cujo texto espero entregar para os senhores amanhã. E aí teremos força para levar ao Presidente da Casa e aos demais Líderes um requerimento de urgência para esse projeto ir a plenário, a fim de que possamos votá-lo ainda neste semestre e darmos ao País um aprimoramento na Lei Rouanet, em curto prazo, que possa efetivamente servir aos interesses do País, em especial os da cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla, antes de passar a palavra ao Deputado Chico d'Angelo.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu acho que a Comissão caminha com a disponibilidade de afunilar esse trabalho e chegar a bom termo. Inclusive a assessoria da bancada do PT, Relator, já vem trabalhando com a sua equipe, buscando antecipar os elementos para esse consenso.

Tem algumas questões que nós gostaríamos que fossem melhor abordadas, dentre elas a que se refere à Portaria nº 58, de 2016, da gestão do ex-Ministro Juca Ferreira. Ao que parece, a equipe de V.Exa. também já concordou com a sugestão que encaminhamos.

E, também, no que diz respeito às questões relacionadas à democratização do acesso e à responsabilidade dos patrocinadores, a citação de Cláudia Leite como exemplo, acho, não ajuda, até porque o debate aqui foi exaustivo com a equipe dela. Portanto, não concordo que seja uma referência que ajude a exemplificar, de forma adequada, a necessidade de providências administrativas legais cabíveis.

Então, alguns pontos mais específicos, acho, podemos ajustar com essa disponibilidade de até a próxima semana tentar conseguir o consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Haveremos de chegar ao consenso.

Este é o meu empenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Comunico que os índios que estavam invadindo a Casa já foram contidos. A Polícia Militar — como sempre, só sobra para ela — já conseguiu controlar a situação.

Tem a palavra o Deputado Chico d'Angelo.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Sr. Presidente, eu acho que, ao fim e ao cabo, esta CPI tem um final positivo. Quero até parabenizar o Presidente e o Relator.

Infelizmente, o Deputado Sóstenes Cavalcante se ausentou, mas eu acho que o que ele disse é extemporâneo e apequena a CPI. Citar alguma coisa administrativa sobre o Ministro Gilberto Gil — que, no meu entender, foi o melhor Ministro da Cultura que este País já teve —, independentemente da dimensão cultural da figura dele, é muito ruim. Pena que o Deputado Sóstenes se ausentou. Eu penso que dizer o que ele disse no final de uma CPI não colabora.

A CPI, como bem disse o Relator, acabou ajudando a Operação Boca Livre. Estiveram aqui ex-Ministros, como a Ministra Ana de Hollanda, que prestou um longo depoimento, e o próprio Ministro Juca Ferreira. Se no começo esta CPI teve um cenário de interpretação que às vezes era o de demonização da cultura e da própria Lei Rouanet, eu acho que ficou claro que não foi esse o objetivo dela.

Portanto, seria ruim encerrarmos de outra maneira uma CPI que seguramente foi importante. Não foi à toa que o Ministro fez algumas adequações à Lei Rouanet. Eu acho que isso foi fruto deste trabalho aqui.

Em relação ao que disse o Deputado Sóstenes sobre o artista José de Abreu, digo a mesma coisa que disse sobre o Ministro Gilberto Gil: acho ruim ficarmos fulanizando as questões aqui. O próprio Ministro da Cultura já deixou claro agora que não há nada contra o artista José de Abreu.

Então, eu queria deixar este registro. Infelizmente o meu colega de bancada, o Deputado Sóstenes, ausentou-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião, amanhã, dia 26, às 14h30min, no Plenário 7, para discussão e leitura do relatório final da CPI.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.